

Violência doméstica é grave e precisa ser combatida

O fenômeno da violência é um dos problemas mais graves da humanidade. A doméstica, em particular, ganha dimensões assustadoras e afeta, especialmente, mulheres, crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência.

Quando falamos em violência doméstica devemos considerar qualquer tipo de abuso praticado no espaço doméstico que pode incluir pessoas sem função parental, mas com relação de convivência, mesmo que esporádica.

Porém, a violência doméstica não pode ser diluída da violência de gênero. Estima-se que a cada ano no Brasil, 300 mil mulheres sejam agredidas fisicamente por seus maridos ou namorados. Estudos realizados com homens também evidenciam uma situação preocupante. Pesquisa publicada em 2003, no Rio de Janeiro, onde foram entrevistados 749 homens, com idade entre 15 e 60 anos, destaca que 25,4% afirmou ter usado violência física contra a parceira, 17,2% informaram ter usado violência sexual e 38,8% afirmaram ter insultado, humilhado ou ameaçado pelo menos uma vez a esposa ou a namorada.

Saúde

A violência doméstica toma a forma de maus-tratos causando perdas de saúde ainda pouco dimensionadas. Percebê-la e registrá-la é um desafio para os profissionais de saúde. Os serviços médicos têm dificuldades para diagnosticar e registrar os casos de violência, resultando no aumento dos casos de violência continuada. Os profissionais da área estão em uma posição estratégica para detectar riscos e identificar as possíveis vítimas, pois normalmente são os primeiros a serem informados sobre os episódios de violência.

As pessoas submetidas a esse tipo de violência, principalmente mulheres e crianças, muitas vezes culpam-se de serem responsáveis pelos atos violentos velando ainda mais o problema. A busca por novas formas de ação para alcançar soluções compatíveis é um desafio para a sociedade. Os instrumentos jurídicos, o sistema de proteção e o sistema punitivo não têm conseguido diminuir a incidência da violência ou amenizar seus efeitos. Estas instituições não contam, em sua maioria, com sistemas de diagnósticos e registros apropriados. Entretanto, é preciso assinalar que, a cada dia, estes aspectos vêm sendo superados pelo número cada vez maior de denúncias

realizadas, principalmente nas Delegacias de Proteção à Mulher e Conselhos Tutelares.

Crianças

Nos casos de violência contra crianças e adolescentes, o olhar atento e crítico das equipes de saúde, bem como o de professores e pessoas próximas é fundamental. Frequentemente, a criança ou adolescente maltratado traz consigo múltiplas evidências que podem estar relacionadas à privação emocional, nutricional, negligência e abuso.

Assim como a violência contra a mulher carrega a cultura do poder masculino, as crianças também enfrentam uma dificuldade cultural: a da educação por meio do castigo físico que pode se dar através da palmada ou com a utilização de instrumentos e objetos. Instituições de defesa da criança vêm trabalhando através de campanhas para mudar esta cultura, invertendo esta posição e mostrando que a palmada deseduca e estimula a violência.

Na Câmara, apresentamos o Projeto de Lei 2654/03, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o novo Código Civil para estabelecer o direito da criança e do adolescente a não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos. Pela proposta, será conferida proteção especial à criança e ao adolescente que sofrerem punição corporal em consequência, entre outras, de sua raça, etnia, gênero ou situação sócio-econômica. A matéria tramita na Comissão de Educação e Cultura.

De acordo com o texto, a punição corporal de criança ou adolescente sujeitará os pais, professores ou responsáveis às medidas previstas no ECA, entre as quais o encaminhamento do infrator a programa oficial ou comunitário de proteção à família, a tratamento psicológico ou psiquiátrico e a cursos ou programas de orientação. Além disso, a criança ou adolescente deverá ser encaminhada a tratamento especializado. O projeto foi concebido em parceria com a Universidade de São Paulo (USP).

Apesar dos avanços decorrentes da Constituição e do ECA, ainda persiste a cultura que admite o uso da violência contra criança e adolescente, a chamada mania de bater. A remanescência dessa cultura ainda é admitida e tolerada sob o argumento de que se trata do uso de violência moderada, enquanto a ordem jurídica dispõe

censura explícita tão somente quando da ocorrência da violência imoderada. É fundamental tornar explícito que a punição corporal de criança e adolescente é absolutamente inaceitável.

Idosos

O aumento da expectativa de vida somado à diminuição da taxa de natalidade trouxe um aumento da população idosa em todo o mundo. São consideradas idosas as pessoas com mais de 60 anos. Os idosos tornam-se mais vulneráveis à violência doméstica na medida em que necessitam de maiores cuidados. Apenas recentemente os maus-tratos contra o idoso passaram a ser reconhecidos como violência doméstica. Para enfrentar este problema é necessária a construção de uma rede integrada de atendimento à terceira idade envolvendo setores governamentais e não governamentais para atuação conjunta com as equipes de saúde.

PPDs

Os portadores de deficiência (PPDs), da mesma forma, precisam de condições para desenvolverem suas potencialidades, respeito e carinho para conquistarem a inclusão social. Com o intuito de protegê-lo, ou por falta de orientação, isola-se o portador de deficiência do convívio social. Infelizmente, ainda é comum casos de PPDs contidos com cordas, ataduras ou isolados em quartos sem qualquer estímulo. Observa-se, ainda a administração exagerada de medicamentos e a exploração financeira através da retenção de pensões ou aplicação de valores sem o conhecimento da pessoa interessada.

Através das diversas formas como se apresenta a violência doméstica, fica evidente a necessidade de lutarmos cada vez mais pela cultura de paz. Só ela instituída de fato pode combater este mal que atinge a humanidade. Ao mesmo tempo, cabe aos diferentes níveis de governo promover o fortalecimento de medidas destinadas a conter e prevenir todas as formas de violência

Maria do Rosário

Deputada Federal pelo Rio Grande do Sul